

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CASSIANO RICARDO E JORGE AMADO: PROJETOS IDENTITÁRIOS NA LITERATURA E NA IMPRENSA, 1940-1943.

Cristina Dias Malveira
Mestre em história social, professora E.E. Doutor Carlos Albuquerque
Crismalveira@gmail.com

Este trabalho cuja natureza está voltada para análise de projetos identitários e processos políticos, pretende discutir especificamente as militâncias dos intelectuais nos espaços da literatura e da imprensa. A imprensa e os textos literários, outrora relegados apenas às análises de profissionais da letras, antropologia e ciências sociais, têm a possibilidade de também contribuir para a produção historiográfica. Portanto, em nossa análise, tendo como recorte temporal os anos de 1940 a 1943, questionamos se essas novas práticas literárias, descendentes do movimento modernista de 1922, alcançaram uma reformulação da ideia de nação, de que maneira isso se deu e como as práticas políticas dos autores influenciaram nesse processo. Apresentamos como referência norteadora do estudo dois intelectuais que produziram no período do Estado Novo (1937-1945), Cassiano Ricardo e Jorge Amado. Cassiano Ricardo se voltando para a construção de um projeto que apoiava o autoritarismo e, por outro lado, Jorge Amado militava pelo partido comunista e defendia a libertação de presos políticos do governo varguista. Desta maneira, o presente trabalho perseguiu o objetivo de realizar algumas ponderações sobre esses projetos, bem como observar as possibilidades de se utilizar a literatura como fonte para a história, pensando sob novos aspectos a ditadura estado novista.

Palavras-chave: Poder, Literatura, imprensa

1. Introdução

Atualmente, estamos vivendo um período de grande polarização política e de forte apelo à símbolos nacionais e, ainda de certo romantismo político que envolve uma divisão conflituosa, exigindo grande discernimento ao que se refere às leituras do poder. Percebemos que direitos conquistados estão sendo questionados, tal como a nossa democracia. Heróis e salvadores da pátria surgem para resolver os problemas do país, tal tema e debate, que relaciona identidade nacional e as discussões políticas, e que envolvem ainda conceitos de democracia, se colocam, portanto, como muito importantes para melhor refletirmos os impasses das disputas pelo poder.

Além disso, como argumentou Ariel Goldstein (2019), a grande divisão que se observa entre as pessoas insatisfeitas e a incapacidade das instituições da democracia liberal para incorporar as demandas que foram surgindo é fato comum não só no Brasil,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como também na Europa, América Latina e nos Estados Unidos (GOLDSTEIN, 2019, p.17). No Brasil, principalmente, a violência das cidades e a desilusão política das pessoas, levou a um crescimento da direita, contexto no qual apresenta-se a anulação das liberdades democráticas que é exposta como um preço a ser pago pela restauração da ordem (GOLDSTEIN, 2019, p.25). Por outro lado, observamos movimentos de esquerda não tão bem articulados, muitas vezes fragmentados, que colaboraram e ainda colaboram para um fortalecimento da extrema direita. Mas em ambos, observamos que há uma espécie de seleção de textos, imagens, conceitos e símbolos que outrora fizeram parte do cenário político do país. Regatou-se o discurso de ódio ao comunismo, a figura do patriota, o político “pai dos pobres” e a ideia de que somos um povo harmônico, nascido de uma história sem conflitos sociais e/ou de raças. Assim, líderes políticos excluem certas partes da história, que não querem na mídia. De uma maneira geral, selecionam o que vai ser lembrado e o que deve ser esquecido, o que será resgatado do passado com uma roupagem nova e o que pretendem que seja enterrado para sempre. O produto dessas escolhas é reproduzido, no meio público, privado, na mídia, de boca em boca entre as pessoas que defendem um lado político ou outro, e não param para realizar análises mais profundas, acelerando o processo de difusão dessas imagens selecionadas.

A iniciativa de pesquisa sobre o tema de identidade nacional se deveu, portanto, ao incômodo de perceber, neste contexto, que noções construídas com base no caráter homogeneizador da cultura, difundidas em governos autoritários, como o de Getúlio Vargas, ainda são utilizadas em instituições e espaços públicos, como a escola e a mídia, em contraposição às diversas discussões já feitas por historiadores do período. Teriam sido insuficientes os trabalhos, tão bem propostos e elaborados pelos historiadores até aqui? A repetição de algumas questões levantadas ao longo da pesquisa nos mostraram a importância de continuar questionando e explicando o período. O parecer um tanto óbvio não importa em um país em que ainda se repete ideias há muito fabricadas pelo poder e em que se pretende esconder conflitos sociais um tanto óbvios, também, e que se repetem, com uma leve roupagem nova, ao longo da história do Brasil. O medo do óbvio não deve superar o medo do silêncio em torno das situações conflituosas e desiguais, em que se inserem a maior parte dos brasileiros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Portanto, nesta pesquisa desenvolvemos o seguinte problema: tendo em vista que a identidade nacional já havia sido trabalhada por intelectuais de outras gerações de intelectuais, a exemplo da geração romântica do período imperial, questionamos se essas novas práticas literárias, pós 1922, alcançaram uma reformulação da ideia de nação, de que maneira isto se desenvolveu no governo comandado por Getúlio Vargas e como as práticas políticas dos autores influenciaram este processo.

O recorte temporal, 1940 a 1943 refere-se ao momento em que o Brasil passava pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Nessa época, acabava de se criar o Departamento e Imprensa e Propaganda (DIP). Cassiano Ricardo, poeta, autor de *Martim Cererê* (1927), participou desse órgão que, além de promover a censura, possuía o objetivo de divulgar a proposta política do governo.

Como afirmou Ângela de Castro Gomes, mesmo com a censura promovida, a imprensa desde 1937, nunca foi muito favorável ao governo, portanto eles tomaram a iniciativa de criar um jornal porta voz do regime, e passam a debater um nome para a direção do jornal

A escolha acaba recaindo em Cassiano Ricardo, que é convidado em maio de 1941 para a nova investida do governo. A *Manhã*, jornal carioca diário e matutino, começa a circular em agosto, firmando uma postura francamente doutrinária e assumindo caráter didático na exposição das ideias do presidente e dos feitos do regime. (GOMES, 1996, p. 16)

Cassiano Ricardo obteve amplo sucesso entre os governistas após a publicação do seu livro *Marcha para o Oeste*, em 1940 no qual, em conformidade com as ideias governistas, “persegue tanto objetivos bem amplos referentes à política do Estado Novo como alguns objetivos estreitos do próprio Cassiano” (MOREIRA, 2001, p 73). Isto justificaria em parte a sua escolha para a direção do jornal.

Enquanto por um lado, Cassiano Ricardo escrevia a favor do governo e às propostas de direita, por outro, Jorge Amado voltou do exílio, tomou frente junto com outros comunistas, do combate a influência do movimento integralista na Bahia, escrevendo em um jornal que outrora era tido como “porta voz” das propostas integralistas (PINHO, 2008, p.98). Além disso, em 1942 ele escreveu *O cavaleiro da Esperança*, romance biográfico que contou a trajetória de Luiz Carlos Prestes, líder da esquerda na época. Amado continuou sua literatura de denúncia dos conflitos sociais, a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesma que o levou ao exílio. Denunciou a ditadura varguista, e como o próprio Jorge Amado disse, teria “o objetivo fundamental de servir a causa da anistia dos presos (e exilados) políticos” (AMADO, 1981, p 3). Porém em 1942, ele voltou com a esperança de fortalecer o movimento de esquerda, reunindo-os para lutarem contra o nazi fascismo e sua influência no Brasil: o integralismo.

Com estes documentos, da imprensa e da literatura, percorremos as disputas dos projetos literários que buscaram unir a nação em torno de uma causa e criar uma identidade. Pois, de certa forma, ao idealizar os heróis na literatura e disputar espaços na imprensa esses autores conceberam diversas memórias e imagens de si mesmos para o futuro, mas também do Brasil.

Neste sentido, a pesquisa justificou-se na medida em que percebemos a necessidade de maior discussão acerca das ideias e escrita literária na construção de uma identidade nacional, enxergando-o como prática e vivência da intelectualidade. Nesse sentido, é importante observar os silêncios e as ausências. Pois, para além do texto divertido criado pelo autor, ao tomá-lo como documento, devemos ter em mente as palavras de Le Goff (2013), que nos lembra o quanto nenhum documento é inocente e seu poder de perpetuação da memória deve ser reconhecido e desmontado. De tal modo, para que a literatura seja fonte histórica devemos fazer questionamentos específicos pensando, por meio da metodologia estratégias para melhor unir o debate na Literatura e na História. A pesquisa seguiu, ainda, as concepções metodológicas dos estudos culturais, onde as contribuições dos autores ingleses Raymond Williams e E. P. Thompson foram de grande importância no alargamento do campo de visão da história, englobando uma multiplicidade de objetos, entre eles a literatura.

Assim, a metodologia adotada para esta pesquisa possuiu como base, o potencial analítico da problematização dos espaços de atuação dos literatos que não se restringe a obra do autor, mas para além dela, inquirir diversas outras práticas como, por exemplo, a participação na imprensa escrita. Raymond Williams (1979) mostrou que as obras de literatura antes de objetos são práticas. Em concordância com o autor, podemos aferir que as linguagens são constitutivas do social (WILLIAMS, 1979, p.165). Assim, devemos indagar e entender as memórias construídas pelas linguagens, questionando seu caráter histórico de forma a considerar seus diversos aspectos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Seguindo a análise de Cruz e Peixoto (2007), foi de grande relevância para esta investigação, ao problematizar o espaço do jornal, vincular a análise de qualquer periódico ao campo das lutas sociais no interior do qual constitui e atua, conduzindo a análise da história dos meios de comunicação para a história social. Com base nisso, observar e pontuar: as mobilizações para ação; a articulação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos, para que possamos verificar se estes estão de alguma maneira ligados a promoção de uma identidade nacional; observar as repetições e a naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo um esquecimento (CRUZ&PEIXOTO, 2007, p. 259) e ainda observando o caráter de simultaneidade, já salientado por Benedict Anderson(2008): datas, comemorações, eventos, que ligariam os consumidores. É importante, ainda, observar a imprensa como parte organizadora do social, formando um sistema constituidor de práticas sociais e materiais, tal como afirma Williams sobre a literatura (WILLIAMS, 1979, p.165). Por isso, foi feita a opção por trabalhar as fontes da imprensa e literatura de forma conjunta, promovendo o diálogo entre elas, especialmente no tocante ao caráter de simultaneidade de ambas.

Na medida em que houve a combinação entre duas fontes, literatura e imprensa, foi necessário para esta pesquisa, a observação de maneiras de se trabalhar com estas fontes de modo que uma não se sobressaísse a outra, mas que a discussão levasse à caminhos que se cruzavam para que houvesse um diálogo entre as fontes, de forma que a ampliação pudesse aumentar a capacidade de problemática da pesquisa. Optamos, portanto, em investigar temas que foram comuns para os dois autores e estavam presentes tanto na literatura, quanto nos textos da imprensa: a visão dos mesmos com relação aos problemas do interior; o posicionamento com relação à democracia; e as práticas relacionadas ao pan-americanismo.

2. Os autores e a nação: as militâncias políticas de Cassiano Ricardo e Jorge Amado

A temática que se refere ao interior colocou em confronto dois projetos para a nação. A marcha para o oeste, investigada do lugar de fala do autor Cassiano Ricardo, foi identificada como um projeto do governo em prol do desenvolvimento do interior,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nesse projeto analisamos o sentido de nação atribuído a ele. Por outro lado, analisamos também a forma como o autor, Jorge Amado, construiu a narrativa sobre o interior no seu romance *O cavaleiro da esperança* e a sua própria ideia de nação dentro do retorno ao passado, não tão distante, no qual a Coluna Prestes percorreu o país.

No período do Estado Novo, ainda era muito comum que literatos participassem de jornais não apenas como colunistas, mas também como diretores. Já foi explicitado anteriormente, os motivos pelos quais Cassiano Ricardo conseguiu se tornar, então, diretor do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, porta-voz do governo varguista. Cassiano Ricardo, então, levou para o jornal o modelo de Brasil no qual acreditava: a harmonia entre os brasileiros foi sua pauta desde o início. Não apenas como diretor do jornal, mas ainda como colunista, escreveu sobre sua visão do interior brasileiro, sem deixar de fora o protagonista da sua literatura: o bandeirante. Coloriu ainda seus textos com o personagem que o levou a sucesso na literatura: Martim Cererê, que nada mais era do que, simbolicamente, o produto da união das três raças: branca, negra e índia. Com Martim Cererê, ele trouxe a ideia de um Brasil-menino, que precisava de um guia, um “pai”. Para Cassiano Ricardo, esse guia dos brasileiros se tornou, nos textos do jornal, Getúlio Vargas, estadista que era, para ele, o representante do novo bandeirantismo, que agia para levar ao interior o desenvolvimento das cidades e, tal como os antigos bandeirantes, desbravar esse interior. Por todas as edições analisadas, se destacou, portanto, a coluna “Marcha para o Oeste”:

Sentindo a necessidade de integrar no Brasil a gente do interior, o presidente Vargas deu a ordem de Marcha para o Oeste. Essa marcha tem o mesmo sentido heróico das bandeiras e, mais do que isso, o sentido humano altruístico, qual o dessa integração das populações sertanejas esquecidas nos rincões das matas espessas, à comunhão nacional. Por si só representa um programa de governo (*A Manhã*, Rio de Janeiro 13 de agosto de 1941, p.8).

Ao longo das edições, a coluna “Marcha para o Oeste” evidenciou alguns exemplos de cidades do interior que, já com o projeto em desenvolvimento, mostravam que estavam alcançando os padrões de “civilização” que o Estado Novo propunha. A coluna citou o exemplo de Campina Grande, tratada como “capital do Nordeste”, onde “o sertão está desaparecendo, no contato diário da civilização que avança vertiginosamente, vencendo todos os obstáculos.” (*A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

agosto de 1941, p. 8). A região da Amazônia foi citada repetidamente pela coluna “Marcha para o Oeste”. Até mesmo lugares do litoral, como a baixada fluminense, uma vez que, na visão dos entusiastas do projeto, a fronteira que separava Oeste e Litoral, não era necessariamente geográfica, mas antes de tudo, econômica, social e política: “o Oeste termina onde começa o asfalto” (A Manhã, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1941, p.9). Este posicionamento mostrou que, para padronizar as cidades, era preciso sanear, alfabetizar e construir estradas.

Para os apoiadores do projeto, como o interventor Azevedo Amaral, as metrópoles seriam como ilhas entremeadas de espaços vazios, estas ilhas estariam de acordo com o clima renovador de desenvolvimento social e econômico e os padrões de vida, seriam locais “onde já entraram, como conquista de nosso grau de cultura, os modernos processos de ciência, de saneamento, de educação, de transportes e todo o complexo de fatos que constituem o substrato da civilização” (A Manhã, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1941, p.9). O Oeste terminaria quando não houvesse diferenças entre o modo como se vive nas cidades e o modo como se vive no interior¹. Era preciso, então, levar para o interior a “civilização” do litoral. Para eles, o oeste destoava da nação, era preciso aplacar as divergências que poderiam surgir, inclusive politicamente, por meio do “conforto da cidade”. A marcha para o oeste era para eles de profundo tom patriótico, pois desejavam acabar com essa fronteira, essa divisão entre litoral e sertão, por meio de uma homogeneização dos padrões de vida que, por sua vez, modificou o modo de vida das pessoas de diversas localidades do Brasil, inclusive podemos pensar na mudança no modo de enxergar a si mesmas.

Assim, a ordem desse projeto de colonização era “desbravar, lotear e povoar”, tal como proferiu Vargas em seu discurso (A Manhã, Rio de Janeiro, 10 de

¹ Este era o grande lema dos apoiadores do projeto governista, mas por dentro desse discurso de auxílio ao interior, ocultava-se uma iniciativa de exploração. Como explica Raymond Williams, ao analisar a relação campo e cidade, a intenção de levar a tecnologia e as “comodidades” da cidade para o campo, faz com que haja uma falsa ideia de melhoria, quando na verdade o que acontece é uma acentuação ainda maior da dependência do campo em relação à cidade, impedindo um desenvolvimento independente que preservasse a essência do modo de vida do interior. O campo passaria a integrar uma relação de dependência com a metrópole de modo a ser obrigado a adaptar sua economia às necessidades e interesses da cidade. Williams mostrou que, dentro desse raciocínio capitalista, o homem pobre é levado a pensar que, se tivesse a mentalidade correta, poderia caminhar no sentido de se tornar um homem rico, mas no momento ainda estaria em um estágio inicial (WILLIAMS, 2011, p.464). Quando se amplia esta questão, percebemos que a lógica é a mesma: o discurso governista colocou o interior em um estágio inicial de “civilização”, para que pudesse fazê-lo produzir mais, tendo em vista as necessidades da cidade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

outubro de 1941, p.6). Era preciso pessoas para concretizar tal projeto. Desta maneira, os artigos da coluna incentivavam as pessoas a irem para o interior, em uma cruzada rumo ao oeste (A Manhã, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1941, p.9). Foi elaborado, neste sentido, um plano de trabalho do novo bandeirismo, seguindo sempre as palavras do líder e herói do novo Bandeirismo, o chefe da nação: Getúlio Vargas, que apareceu no jornal como aquele que iria guiar o novo desbravamento do interior. Por este aspecto, pelo modo como Vargas foi descrito pelo jornal, podemos utilizar, para defini-lo nessa narrativa, o conceito de *chefe*, ou ainda melhor, o de *salvador*, de Girardet (1987), no qual o salvador seria entendido como um herói que captaria em torno dele todos os fervores da esperança coletiva (GIRARDET, 1987, p.66), seria o homem providencial, o guia da sociedade para o futuro, ou seja, o salvador (GIRARDET, 1987, p. 71).

Por outro lado, Jorge Amado, membro do Partido Comunista, desde muito cedo utilizou também a defesa do interior brasileiro. A prática de escrita de Jorge Amado já incluiu, desde seu início, os conflitos e as desigualdades sociais. As suas visões sobre a realidade se mostraram múltiplas, no que se refere às construções identitárias. Como explicou o autor Eduardo Assis (2002), já nos primórdios da sua literatura, Amado descobriu, no processo de compor a imagem do país, a impossibilidade do caráter harmônico e integrado (ASSIS, 2002, p.54). A investigação da literatura amadiana, revelou, então, uma defesa pela diversidade cultural e religiosa, mas ainda procurou evidenciar o caráter conflituoso que compunha a identidade nacional.

Em *O Cavaleiro da Esperança*, romance de 1942, ao recontar a trajetória de Luiz Carlos Prestes, Amado procurou evidenciar as desigualdades e a fome que fazia parte do cotidiano das pessoas desse mesmo interior. Tal como Cassiano Ricardo, Amado mostrou a riqueza do interior e sua importância para a economia do país, mas ao contrário de Cassiano Ricardo, Amado criticou a má distribuição dessas riquezas. A visão de civilização aproximou-se da visão de Cassiano Ricardo, contudo, se distanciou, quando mostrou a intenção de criminalizar a escravidão que ainda persistia e era utilizada pelos senhores dos latifúndios “Nessas terras a abolição nunca se deu, a gente continua escrava de uns poucos homens donos de terra” (AMADO, 1981, p. 125) e apontou ainda essa terra na mão de poucos, onde “ Em cada uma dessas fazendas, negra, poderias pôr uma nação da Europa e sobrar terra” (AMADO, 1981, p.125). Jorge Amado aproveitou, ainda, para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comparar o interior brasileiro e esse regime de “escravidão social” à situação da Rússia czarista (AMADO, 1981, p.202).

Neste sentido, o romance biográfico também serviu para entusiasmar seus próprios companheiros do PCB, que ainda tinham esperança em derrubar o governo, para isso deveria haver um programa que unificasse as forças democráticas do país. Portanto, um herói forte era necessário, bem como salientar a invencibilidade da Coluna que “Venceu os soldados do governo, dezoito generais, tropas vinte vezes maiores. Venceu a fome, as doenças inúmeras.” (AMADO, 1981, p. 99). A Coluna venceu o “desespero do sertão” e, não Amado, mas “os sertanejos disseram” que à sua frente ia o cavaleiro da esperança (AMADO, 1981, p.99).

Outro tema comum aos dois autores foi a questão da democracia. A partir da literatura dos autores, e a presença da mesma nos jornais trabalhados por cada um, o sentido de democracia que defendiam, e a importância deste conceito para resguardar seus interesses na literatura e na política. Assim, identificamos, ainda, a construção dos “inimigos da nação” para os literatos.

Nesse sentido, a criação do inimigo passou ainda pela questão da memória e de suas funções no que se refere a uma memória nacional. Como questionou Pòllak, com quais cores o presente colore o passado? (POLLAK, 1989, p.6). A função da memória, no caso dos inimigos da nação, foi a de manter a coesão dos grupos, seja na situação de favorecer o Estado Novo ou no grupo combatente. Assim, cada autor passou a fornecer pontos de referência para seus leitores, dentro das possibilidades de cada narrativa. Entende-se assim a necessidade das diversas justificativas, adjetivos e motivos da eleição de determinadas teorias ou figuras políticas como inimigos, para que reforçasse entre as pessoas a vontade de combater-los. Desta maneira é a história, como afirma Pollak, que fornece o material que alimenta o enquadramento da memória (POLLAK, 1989, p.8).

Cassiano Ricardo e sua equipe do jornal *A Manhã* procuraram desacreditar a democracia liberal e o comunismo. Neste sentido, caminharam por um terreno já estruturado nas décadas anteriores, principalmente no que se refere ao comunismo. Tal como salientou Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o anticomunismo no Brasil surgiu logo após a Revolução de 1917, marcado profundamente pela influência da reação externa com relação a propagação das ideias comunistas (MOTTA, 2002, p. 1). A ideia era, então,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

criar um terreno de discussão na qual as pessoas se sentissem cotidianamente ameaçadas pelo perigo comunista, de forma que enxergassem o comunismo como algo que viria para desestruturar o cotidiano e desestabilizar o modo de vida “tipicamente brasileiro”. Assim, o processo de recontar a história de movimentos sociais que se ligavam ao comunismo, ou ainda, relatar uma suposta vivência de dificuldades na URSS, se tornou algo muito importante, sendo que, o acesso mais restrito as informações colaboraram para um maior sucesso desse projeto.

No momento da Segunda Guerra Mundial, Jorge Amado defendeu n’*O Imparcial*, jornal para o qual foi convidado a participar quando voltou do exílio, que os romancistas deveriam servir ao povo e a causa da liberdade. Para tanto, citou o exemplo de John Steinbeck, autor norte-americano que escreveu o romance social *As Vinhas da Ira*. Para Jorge Amado, Steinbeck deu exemplo agindo como “um romancista em função da guerra”, pois se propôs a tarefa da reportagem de guerra e ainda escreveu o romance *Noite sem lua*, no qual, como o exposto por Jorge Amado, ficou evidente que “a opressão e a barbárie não triunfarão sobre a liberdade” (*O Imparcial*, Salvador, 21 de novembro de 1943). Para ele, os escritores não poderiam ficar neutros na guerra, deveriam se unir para derrotar o nazifascismo, destacando também a importância dos correspondentes de guerra “de diversas pátrias democráticas”, “está produzindo uma interessantíssima e poderosa literatura, viva emocionante, devida aos correspondentes de guerra. Heróis das Nações Unidas, desafiando a morte para servir aos povos e à liberdade” (*O Imparcial*, Salvador, 3 de outubro de 1943).

Neste sentido, Jorge Amado utilizou do espaço do Jornal *O Imparcial* para convencer os leitores e também seus pares, não apenas do perigo nazifascista, mas, para além disso, procurou defender o seu próprio lugar na sociedade como um escritor social. Ao criticar a falta de ação de alguns escritores e enaltecer o engajamento de outros, Amado procurou reuni-los em torno da defesa da democracia o que, nas entrelinhas, foi uma crítica ao autoritarismo que ainda predominava no Brasil. Pois a democracia defendida por ele era diferente daquela pregada pelo governo, defende-la não era a mesma coisa do que defender a continuidade do regime. Uma linha tênue separou o que era necessário para Jorge Amado defender no governo naquele momento e defender definitivamente a continuidade do regime. A sua noção de democracia não combinava de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

forma alguma com autoritarismo, ela se unia a sua concepção de liberdade política e social.

O terceiro tema abordado pela pesquisa, foi refletir sobre o conceito de pan-americanismo adotado pelos dois literatos, indagando as possibilidades de aproximação dos autores, tendo em vista o contexto da Segunda Guerra. Com a entrada definitiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, Cassiano Ricardo, possuindo como espaço de debate o jornal *A Manhã*, procurou defender o regime nesse momento político mundial, adequando algumas ideias já estruturadas no jornal ao pan-americanismo, pensando Getúlio Vargas, agora, não só como líder brasileiro, mas também como grande guia de toda a América. Além disso, passou a reforçar seu projeto de nação no contexto da América:

Conseguimos democraticamente em dez dias o que imperativamente a violência não alcançou em milênios. A democracia está viva. A democracia sempre viverá, porque na América como no Brasil, ela não associa, regula ou protege interesses, mas irmana as consciências para a obra do bem e da paz entre os americanos. (*A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1942.)

Por seu lado, Cassiano Ricardo que em seu ensaio *Marcha para o Oeste*, já havia buscado no passado brasileiro a índole pacífica do povo formador da nação, retomou essa temática no jornal *A Manhã*, sustentando, em seu artigo “Pequena teoria da bondade brasileira”, que não seria a força algo antibrasileiro, mas a violência. Para ele, apenas os governos fracos eram violentos, e determinados problemas, de que não sofriam o Brasil, teriam levado a consequências sangrentas na Europa. Situações que a tradição “de autoridade”, não apenas brasileira, mas americana, não havia permitido que acontecesse aqui:

À medida em que se observou progresso da guerra com o posicionamento brasileiro definitivo ao lado dos Aliados, também a coluna “De toda a América”, geralmente situada na página 3, passou a ser utilizada, não apenas como uma coluna informativa a respeito dos países americanos, mas, ainda, como uma forma de combater os inimigos ideológicos que, para o jornal, ameaçavam a América e, além disso, mostrar uma unidade no continente. Nessa coluna, era comum as informações a respeito das relações econômicas dos países da América com o Brasil, a discussão sobre questões políticas, notícias urgentes sobre torpedeamentos de navios americanos e as decisões que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

eram tomadas em Washington, bem como sobre as conferências interamericanas, principalmente no que se referia a produção agrícola.

Em relação ao pan-americanismo, Jorge Amado defendeu um ponto de vista semelhante. Neste sentido, há um momento de aproximação das ideias dos intelectuais defensores do governo e de Jorge Amado, que se apresentou no jornal *O Imparcial*, como defensor dos Aliados e contra o nazi fascismo. Assim, segundo Amado, para que as “democracias”, tal como ele se referia aos Aliados, fossem vitoriosas, era imprescindível uma união nacional em torno do projeto de pan-americanismo apoiado pelo governo Vargas “ Só uma unidade nacional consciente e forte, reunindo em torno ao presidente da República todas as forças vivas e verdadeiramente patrióticas da nação, poderá combater essa nova máscara daqueles que num plano internacional possibilitaram a existência de Adolfs e Benitos” (O Imparcial, Salvador, 23 de agosto de 1943).

Se por um lado, Amado não utilizou diretamente o nome de Prestes no jornal, por outro, também evitava o nome de Vargas, referindo-se a ele como “o presidente”, o “governo”. Embora tenha procurado não criticar Vargas no atual momento, não deixou de lembrar os momentos de autoritarismo do governo, realizando uma crítica nas entrelinhas das suas crônicas. Contudo, o tom utilizado contra Vargas no romance *O Cavaleiro da Esperança*, já não fazia parte do seu projeto em *O Imparcial*, o momento, para ele, exigia distanciar-se das divergências mais profundas com o governo, para que pudesse escrever crônicas que inspirassem as pessoas a se unirem para a derrota do nazifascismo:

O processo da união nacional, apesar de todas as vacilações de certos grupos, continua em marcha, ajudado em muito pelos discursos do presidente da República pronunciados em 11 de maio e em Volta Redonda. O clima político do país ganhou uma nova intensidade, possibilitando o debate de acontecimentos e idéias, marcando o início de uma maior participação do povo, ao lado do governo, na solução dos problemas ligados à guerra. (O Imparcial, Salvador, 23 de agosto de 1943).

Nesse trecho da crônica “ Balanço de aniversário”, datada de agosto de 1943, podemos observar que Amado admitiu e incentivou a participação do povo ao lado do governo, tão criticado por ele no romance, mas ele frisou que era uma participação “na solução dos problemas referentes à guerra”. Isso não significou uma mudança drástica no pensamento de Jorge Amado em relação à Vargas, caso contrário, o mesmo não utilizaria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

artifícios literários para ocultar seu nome, por exemplo. Seu modo de escrever foi uma tomada de decisão política, que exprimiu também a consciência de que um posicionamento mais drástico em relação ao governo no espaço do jornal e naquele momento poderia frear a sua possibilidade de fala. Amado optou para a defesa, naquele instante, do que ele acreditava ser mais urgente, a salvação da América do perigo nazifascista. Para ele, apenas com a derrota dos “nazi-integralistas”, internamente, e do nazifascismo em caráter internacional, o Brasil conquistaria a independência político-econômica (O Imparcial, Salvador, 23 de agosto de 1943). Mas, além disso, a presença do Brasil ao lado dos Aliados, fortaleceria o a desintegração das práticas autoritárias no Brasil.

3. Considerações finais

Ao dispormos estudar as questões políticas que envolveram a busca por uma identidade nacional, durante o período de recorte desta pesquisa, os anos de 1940 a 1943, nos deparamos com disputas que ultrapassavam a noção de campo político, por ele eram influenciadas, mas nele também deixaram suas marcas. A investigação a partir da literatura, possibilitou observar as características de retórica utilizadas pelos intelectuais, as ideias que defenderam, bem como seus entusiasmos e decepções. Por outro lado, a partir da imprensa, podemos observar o alcance de seus debates e proposições, a utilização da sua retórica para além da literatura, as suas influências e acordos e também as divergências dentro do próprio campo intelectual.

Algumas hipóteses iniciais, tal como a separação rígida entre intelectuais a favor e contra o regime varguista, se desfizeram na medida do avanço da pesquisa. Foi observado, por exemplo, que as narrativas de Cassiano Ricardo e Jorge Amado se aproximaram em um determinado ponto, devido a suas ideias de defesa da nação no momento político em que o governo de Vargas se decidiu pela união com os Aliados e propôs a defesa do pan-americanismo. Neste sentido, por meio da leitura das fontes que gerou o terceiro capítulo, podemos sublinhar certo desconforto da parte de Jorge Amado, demonstrado por seus textos sobre pan-americanismo, muito menores e mais sucintos se os comparamos aos posicionamentos do jornal *A Manhã*. Um dos motivos pode ter sido

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a dificuldade de se colocar próximo aos Estados Unidos e continuar militante do PCB, partido em alinhamento com a URSS.

O caminho percorrido durante a pesquisa, provou o quanto é importante não apenas pesquisar as questões políticas e as militâncias daqueles que, muitas vezes, são os protagonistas dessas visões selecionadas da realidade, atuando no espaço político, mas também popularizar a pesquisa histórica. Levar as pessoas a pensar profundamente é, muitas vezes, algo trabalhoso, entretanto, a pesquisa deve conseguir atingir com eficiência os âmbitos universitários, mas ainda, os leigos. Nisto, se encontra uma das funções primordiais da história: cavar a fundo questões que se querem esquecidas e se questionar o porquê e o quê as levou ao esquecimento e, em um movimento parecido, se perguntar o porquê da insistência quase cotidiana em algumas palavras, conceitos e símbolos.

4. Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COELHO, George Leonardo. **Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936)**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol.30, n 62, p.623-642, setembro de 2017.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa**. Projeto História. São Paulo, n 35, p. 253-270, dez 2007.

DUARTE, Eduardo Assis. **Aquarelas do Brasil: margens da identidade nacional na ficção de Jorge Amado**. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Ligia (Orgs.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002.

GIRADET, Raul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDSTEIN, Ariel. **A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional**. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MOREIRA, Luiza de Franco. **Meninos, poetas e heróis**: aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. .

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Adeílato Manoel. **Uma história da literatura de jornal**: o Imparcial da Bahia. Tese (doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1**: de Vanrnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O futuro dos Estudos Culturais**. In: _____. **A política do Modernismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

Fontes: livros dos literatos e jornais

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**: vida de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. **Hora da Guerra**: a Segunda Guerra Mundial vista da Bahia. Seleção Myriam Fraga e Illana Seltezer Goldstein Prefácio Boris Fausto: Companhia das Letras, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê**: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

_____. **Marcha para o Oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4 ed . Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

A Manhã, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1941.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____ 19 de agosto de 1941.

_____ 26 de setembro de 1941.

_____ 10 de outubro de 1941.

_____ 29 de janeiro de 1942.

O Imparcial, Salvador, 23 de agosto de 1943.

_____, 21 de novembro de 1943.

_____, 3 de outubro de 1943.